



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/10/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra os Idosos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572/2011, que dispõe sobre a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas dos Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.323/2014, do governador do Estado, que altera o inciso II do art. 192 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.325/2014, do governador do Estado, que altera o § 3º do art. 68 da Lei nº 20.748, de 25 de junho de 2013. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.314 a 8.318, 8.329 a 8.335, 8.339 a 8.341, 8.343 a 8.346, 8.348 a 8.367, 8.417 a 8.420, 8.425 a 8.429, 8.438 a 8.440, 8.450, 8.452 a 8.455, 8.457, 8.464 a 8.467, 8.493, 8.494, 8.496, 8.548 a 8.560, 8.592 a 8.605, 8.612 a 8.615, 8.618 a 8.621, 8.623 a 8.630, 8.633 a 8.637, 8.642 a 8.646, 8.651 a 8.653, 8.741, 8.765, 8.770 a 8.774, 8.779 a 8.781, 8.801 a 8.817, 8.829 a 8.835, 8.837 a 8.840, 8.861 a 8.869/2014, do deputado Cabo Júlio; 8.342, 8.347, 8.434 a 8.437, 8.441 a 8.443, 8.456, 8.460, 8.461, 8.473, 8.474, 8.497 a 8.500, 8.503, 8.561 a 8.569, 8.606, 8.610, 8.742 a 8.746, 8.775, 8.776, 8.792, 8.793, 8.836/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.402/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.395/2011, da deputada Ana Maria Resende; 2.265/2011, do deputado Rômulo Viegas; 4.806/2013, do deputado Leonardo Moreira; 5.090/2014, da deputada Liza Prado; 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 5.438/2014, do deputado Zé Maia; 5.494/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.946/2014, do deputado Leonídio Bouças; 5.260/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.263/2014, do deputado Paulo Lamac; 5.411 e 5.412/2014, do deputado Cássio Soares; 5.416/2014, do deputado Wander Borges; 5.417 e 5.418/2014, do deputado Bosco; 5.419/2014, do deputado Carlos Pimenta; 5.421/2014, do deputado Bosco; 5.424/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.425/2014, do deputado Gustavo Corrêa; 5.426/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.427/2014, do deputado Cássio Soares; 5.431/2014, do deputado Dilzon Melo; 5.434/2014, do deputado Duílio de Castro; 5.435/2014, do deputado Luiz Henrique; 5.436/2014, do deputado Deiró Marra.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.342/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.393/2014, do deputado Carlos Pimenta; e 5.394/2014, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.820/2014, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 711/2011, do deputado Doutor Viana; 5.307/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.356/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.397/2014, do deputado João Vítor Xavier; 5.398 e 5.399/2014, do deputado Bosco.

Requerimentos nºs 8.632/2014, da deputada Liza Prado; 8.767/2014, do deputado Gil Pereira; e 8.799/2014, do deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.392/2014, do deputado Carlos Pimenta.

Requerimentos nºs 8.571/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.579/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.609/2014, do deputado Rômulo Veneroso; 8.750/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes; 8.819/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 8.860/2014, do deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 28/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Duarte Bechir, Rômulo Veneroso e Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/10/2014, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de empessar o vice-presidente eleito, de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.



Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dalmo Ribeiro Silva, André Quintão, Duarte Bechir, Rômulo Veneroso e Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/10/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de empossar o vice-presidente eleito, de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.

Duarte Bechir, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.285/2014

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - da Área Integrada de Segurança Pública - Aisp - 84, com sede no Município de Uberaba.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.285/2014 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - da Área Integrada de Segurança Pública - Aisp - 84, com sede no Município de Uberaba. Seu estatuto estipula que se trata de órgão colegiado de interesse público e associativo de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, sendo regido pelo art. 54 do Código Civil, o qual dispõe sobre associações. Nesse estatuto também estão detalhadas as finalidades do Consep Aisp 84, essencialmente relacionadas ao apoio das atividades da Aisp 84 no que toca à interação entre a comunidade e as Polícias Militar e Civil na manutenção da ordem pública.

Ressalte-se que os Conseps surgiram em Minas Gerais a partir da década de 1990 e desde então têm-se consolidado como espaço de interlocução entre a comunidade e as Polícias Militar e Civil, propiciando, em diversas situações, uma melhor atuação dessas instituições. A partir de 2002, passaram a ter sua estruturação e funcionamento definidos por uma diretriz do Comando-Geral da Polícia Militar (Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 05/2002).

Já as Aisps integram o Sistema Integrado de Defesa Social - Sids - de Minas Gerais, em seu mapeamento estratégico geoterritorial no tocante ao posicionamento dos órgãos policiais, consideradas as características culturais, econômicas, urbanísticas, rurais e viárias, as lideranças locais e, sobretudo, os traços típicos de criminalidade de cada localidade. Dentro da concepção do Sids, o Estado está subdividido em 18 regiões integradas de segurança pública - Risps -, que se subdividem em áreas de coordenação integrada de segurança pública - Acisps -, e estas, por sua vez, em Aisps, as quais são formadas pela correspondência de uma companhia de Polícia Militar com uma delegacia de Polícia Civil. Em uma Aisp, o pressuposto básico é a gestão local de problemas locais, sendo seu foco a comunidade na qual se insere.

Percebe-se, pelo exposto, a relevância do trabalho dos Conseps dentro do desenho do Sids e do escopo das Aisps. Nesse sentido, destaca-se que as finalidades do Consep Aisp 84, aqui já mencionadas, vêm ao encontro dessa concepção, sobretudo sob a perspectiva da prevenção à criminalidade. E, por esse motivo, considera-se meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública, essa outorga significando o reconhecimento oficial de serviços prestados pelo Consep Aisp 84 à comunidade, conferindo-lhe ainda mais credibilidade. Ademais, de posse do título, ficará aberta a possibilidade para que se reiviniquem benefícios restritos às entidades declaradas de utilidade pública, como certas isenções e imunidades tributárias. Isso poderá vir a colaborar com a continuidade de suas atividades, aqui já caracterizadas como relevantes e importantes, viabilizando sua manutenção e seu funcionamento.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.285/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.

Sargento Rodrigues, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/10/2014, o presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

exonerando Milton Ferreira de Oliveira Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Diego Oliveira e Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Maria da Conceição Resende Maia do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Alexandre Souza Carmo para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Breno Ferreira Maia do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
exonerando Sueli Alves da Silveira Sousa do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
nomeando Aislan Lino de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Barbara Rodrigues da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;
nomeando Vanessa Simoes Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
nomeando Walquir Cleuton do Amaral para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/1993, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Francisco de Assis Figueiredo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria da Conceição Resende Maia para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

exonerando Alexandre Souza Carmo do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Nilton Rubens dos Santos do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 92/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Multimídia S.A. Objeto: prestação de serviços de acesso à internet. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 25%. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA PARA O TEATRO DA ASSEMBLEIA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015 - PRORROGAÇÃO

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que foram prorrogadas até o dia 28/11/2014 as inscrições para a seleção de espetáculos para ocupação do Teatro da Assembleia no primeiro semestre de 2015. Poderão participar projetos de dança, música e teatro para crianças e adultos. Só serão aceitos os projetos com cenários que sejam adequados às dimensões do teatro: área do palco: 7,54m x 4,55m (área útil, fora as coxias e a área de circulação); boca de palco: máxima: 7,54m e mínima: 6,17m; pé-direito: 2,95m. Os projetos devem atender também às normas a seguir discriminadas: teatro: ficha técnica aprovada pelo Sated-MG ou xerox da carteira de trabalho; liberação da Sbat ou declaração do autor do espetáculo; cópia do texto; currículos dos participantes; desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos (as dimensões do cenário devem ser rigorosamente especificadas); *release*; plano de divulgação e mídia; dança: ficha técnica aprovada pelo Sated-MG ou xerox da carteira de trabalho; liberação da Sbat ou declaração do coreógrafo; currículos dos participantes; desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos (as dimensões do cenário devem ser rigorosamente especificadas); *release*; plano de divulgação e mídia; música: ficha técnica aprovada pela Ordem dos Músicos ou fotocópia da carteira emitida por essa entidade; currículos dos participantes; fita gravada ou CD; *release*; plano de divulgação e mídia. Todos os participantes deverão anexar ao projeto a ficha de inscrição cadastral atualizada da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, podendo ser pessoa física ou jurídica devidamente registrada para recolhimento do ISSQN pelo Teatro da Assembleia. Informamos que o recolhimento do ISSQN pelo Teatro da Assembleia é feito por regime de estimativa. As propostas devem ser encaminhadas à coordenação do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema em envelope fechado. Caso os interessados residam em outros municípios, as propostas poderão ser enviadas, por via postal, para o seguinte endereço: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Seleção Artística do Teatro - Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema - Rua Rodrigues Caldas, nº 30 - Bairro Santo Agostinho - CEP: 30.190-921 - Belo Horizonte - Minas Gerais. A data considerada será a da postagem, não se aceitando,



em hipótese alguma, inscrições fora do prazo. As propostas não selecionadas deverão ser retiradas junto à administração do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema no prazo de 30 dias a contar da data da divulgação do resultado. Após esse prazo as propostas serão descartadas. Ao enviar a proposta, o interessado afirma ter conhecimento completo do edital e concorda com todas as cláusulas nele contidas. Mais informações pelos telefones (31) 2108-7826 e (31) 2108-7827, pelo fax (31) 2108-7670, no horário das 8 às 18 horas, ou pelo *site* da Assembleia: www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2014.

Lúcio Pérez de Carvalho, Diretor de Comunicação Institucional.